

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE POLÍTICA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Mateus Rodrigues de Oliveira¹ , Andreia Giacomozzi¹ 

RESUMO

A política é um fenômeno antigo, e seu significado varia entre diferentes grupos sociais. Grupos em situação de vulnerabilidade, como pessoas em situação de rua, também têm suas próprias concepções sobre política. Esta pesquisa analisou as representações sociais da política entre essas pessoas em Florianópolis, utilizando a Teoria das Representações Sociais em um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Participaram 18 pessoas em situação de rua, e os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas e questionários sociodemográficos. As entrevistas foram transcritas e analisadas na íntegra utilizando a técnica de análise de conteúdo temático categoria de Bardin, resultando em quatro categorias principais: representações sociais sobre política, vivências políticas, posicionamento político e futuro da política. Os resultados mostram como a política é percebida e internalizada por essas pessoas, revelando múltiplas facetas desse fenômeno e destacando a importância de explorar essas representações em contextos e grupos específicos como o da população em situação de rua.

Palavras-chave: Representação Social, Política, Pessoa em Situação de Rua.

SOCIAL REPRESENTATIONS ABOUT POLITICS FOR PEOPLE IN STREET SITUATION

ABSTRACT

Politics is an ancient phenomenon, and its meaning varies among different social groups. Vulnerable groups, such as homeless people, also have their own conceptions of politics. This research analyzed the social representations of politics among these people in Florianópolis, using the Theory of Social Representations in a qualitative, descriptive and exploratory study. Eighteen homeless people participated, and data were collected through semi-structured interviews and sociodemographic questionnaires. The interviews were transcribed and analyzed in full using Bardin's thematic content analysis technique, resulting in four main categories: social representations of politics, political experiences, political positioning and future of politics. The results show how politics is perceived and internalized by these people, revealing multiple facets of this phenomenon and highlighting the importance of exploring these representations in specific contexts and groups such as the homeless population.

Keywords: Social Representation, Political, Homeless Person.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

Autor Correspondente: Andreia Giacomozzi

E-mail: agiacomozzi@hotmail.com.

Recebido em 18 de Março de 2025 | Aceito em 07 de Novembro de 2025.

REPRESENTACIONES SOCIALES SOBRE POLÍTICA PARA LAS PERSONAS EN SITUACIÓN EN LA CALLE

RESUMEN

La política es un fenómeno antiguo y su significado varía entre los diferentes grupos sociales. Los grupos en situación vulnerable, como las personas sin hogar, también tienen sus propios puntos de vista sobre la política. Esta investigación analizó las representaciones sociales de la política entre estas personas en Florianópolis, utilizando la Teoría de las Representaciones Sociales en un estudio cualitativo, descriptivo y exploratorio. Participaron 18 personas sin hogar y los datos se recolectaron mediante entrevistas semiestructuradas y cuestionarios sociodemográficos. Las entrevistas fueron transcritas y analizadas en su totalidad utilizando la técnica de análisis de contenido temático de categorías de Bardin, resultando en cuatro categorías principales: representaciones sociales sobre la política, experiencias políticas, posicionamiento político y futuro de la política. Los resultados muestran cómo la política es percibida e internalizada por estas personas, revelando múltiples facetas de este fenómeno y destacando la importancia de explorar estas representaciones en contextos y grupos específicos como la población sin hogar.

Palabras clave: Representación Social, Política, Persona Sin Hogar

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, é comum encontrar pessoas vivendo nas ruas ou em moradias temporárias em grandes cidades. Esse grupo é caracterizado pela pobreza extrema, laços familiares frágeis e falta de moradia convencional, utilizando espaços públicos ou áreas degradadas para viver. Muitos recorrem a unidades de acolhimento temporário (Brasil, 2011). Segundo pesquisa de abril de 2023, mais de 209.527 pessoas vivem em situação de rua no Brasil, com 8.200 em Santa Catarina e 2.043 em Florianópolis (OBPopRua/POLOS-UFMG, 2023).

Pesquisas revelam que a violência no Brasil atinge diversos grupos, incluindo a população em situação de rua, devido à violação dos direitos à vida e segurança e à ineficácia das políticas públicas (Andrade, Costa, & Marquetti, 2014; Kunz, 2012; Nonato & Raiol, 2016). Pessoas em situação de rua desenvolvem saberes e crenças sobre o contexto político, o que pode ser analisado pela Teoria das Representações Sociais (TRS), que explora a interação entre o social e o individual (Jodelet et al., 1982; Camargo et al., 2018). No Brasil, a política influencia as práticas sociais de diversos grupos (Giacomozzi et al., 2024; Fuks, 2014; Coelho Junior et al., 2018), mas faltam estudos focados em grupos vulneráveis (Sicari & Zanella, 2018; Silva et al., 2020).

Apesar da existência do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), fundado em 2004 após o “Massacre da Praça da Sé”, 95,5% da população em situação de rua não está vinculada a movimentos sociais. O lema “nada sobre nós, sem nós” reflete a reivindicação por uma voz ativa na construção de políticas públicas (Sicari & Zanella, 2020). Durante o período de polarização política no Brasil, grupos marginalizados, como a população em situação de rua, enfrentam maior preconceito e violência (Giacomozzi et al., 2022; 2023; 2024).

Desse modo, a pesquisa caracteriza-se em especial pelo protagonismo das pessoas em situação de rua, dada a importância do fenômeno da política. Segundo Chauí (2019), diante da metáfora, quando os Romanos invadiram a Grécia, e por determinação, convocaram Arquimedes expoente da matemática para falar, sem a sua vontade para os Romanos, acarretando assim a destruição da lógica que ele operava. Da mesma forma, pode se pensar nas pessoas em situação de rua, convidadas nesta pesquisa a refletir sobre o tema da política e com espaço para pensar na lógica desses sujeitos, sendo protagonistas da sua própria cidadania.

Considerando a importância de falar a partir das pessoas em situação de rua, a teoria das representações sociais coloca-se como força motriz. Esses indivíduos evocam o que lhes vêm à mente ao se depararem com o objeto representacional. Por trás deste tipo de abordagem ou teoria existe a visão de que o elemento central da representação social é aquele que se relaciona intensamente com outros elementos representacionais, apresentando a originalidade e autenticidade da população pesquisada ao se depararem falando sobre política e destacando seus modos de ser e estar no mundo (Wolter, Wachelke & Naiff, 2016; Barbosa 1998).

A Teoria das Representações Sociais amplia a visão da participação política, valorizando interações sociais e contextos locais (Moscovici, 1988; Howarth et al., 2014). A pesquisa sobre as representações políticas de pessoas em situação de rua é inovadora e relevante para o desenvolvimento de políticas públicas, fortalecendo a participação política de grupos marginalizados. Assim, o estudo visa investigar: quais são as representações sociais sobre política construídas por essas pessoas?

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva com corte transversal, visando trazer profundidade e riqueza nas informações obtidas (Sampieri et al., 2006), pois vislumbra caracterizar as representações sociais sobre política para a população em situação de rua em um determinado espaço e período cronológico. Desse modo, descrever e identificar suas dimensões: informacional, atitudinal e de campo por meio de um aprofundamento das questões propostas, sendo que até o presente momento não foram encontrados materiais que dialogam entre estas temáticas (Gil, 2002; Sampieri, Collado, & Lúcio, 2013).

2.1 PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada com 18 pessoas em situação de rua da cidade de Florianópolis, para tanto, foram definidos como critérios de inclusão: 1) ter idade mínima de 18 anos, 2) concordância em participar da pesquisa, 3) estar em situação de rua por tempo indeterminado. Como critérios de exclusão não puderam participar sujeitos de outras nacionalidades e participantes com algum agravamento de saúde que comprometessem a compreensão da entrevista.

2.2 COLETA DE DADOS

Foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado voltado ao fenômeno da política. Também foi aplicado um instrumento sociodemográfico para caracterizar o perfil dos participantes a partir das questões: idade, local de nascimento, renda, têm companheiros e/ou filhos, escolaridade, se trabalham, se possuem algum problema de saúde, se fazem uso de álcool ou drogas ilícitas.

2.3 PROCEDIMENTOS

Todas as diretrizes éticas foram seguidas, segundo as normas da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisas envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada aos participantes a leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Assim como também foi seguida a resolução nº 016/2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP). O presente estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina (número de autorização 65789622.2.0000.0121). Todas as entrevistas foram realizadas na Passarela da Cidadania (Passarela Nego Quiridu), os serviços oferecidos na “Passarela da Cidadania” visam atender jovens, adultos e idosos que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.

As entrevistas foram realizadas individualmente e uma sala oferecida pela Passarela no local e todas foram gravadas. O critério estabelecido para definir o número de participantes foi a de saturação dos dados, que considera que em pesquisas que focalizam o conteúdo temático, este começa a repetir (Ghiglione & Matalon, 1997). Os participantes foram acessados por meio de indicação de profissionais dos Serviços de Abordagem Social que trabalham na instituição e por meio da técnica bola de neve (snowball), em que alguns participantes indicaram novos participantes para contribuir na pesquisa (Becker, 1993). O primeiro participante foi recomendado pelos profissionais que trabalham na Passarela da Cidadania. Após a recomendação, explicou-se ao participante sobre o propósito da pesquisa, e ele aceitou o convite. Os demais participantes foram acessados por recomendação dos próprios participantes ou por sugestão da equipe de profissionais.

Os dados voltados à caracterização dos participantes foram analisados por meio de estatística descritiva (média, desvio padrão, distribuição de frequências). O material textual proveniente das entrevistas foi transcrito na íntegra, feito a leitura, sendo realizada análise da frequência das unidades de registro, considerando que uma unidade de registro aumenta sua importância de acordo com a frequência de sua aparição, indicando assim seu nível de significância (Bardin, 2011). A técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), possibilitou a leitura e interpretação dos conteúdos, deixando apreender diversificados fenômenos da vida social apresentados pela linguagem cultural e suas significações construídas pelos participantes.

3 RESULTADOS

Participaram 18 indivíduos, com média de idade de 43,77 [DP= 13,11], sendo o mais jovem com 23 anos e o mais velho com 64 anos. 11 se identificaram com o gênero masculino, 3 com o gênero feminino, uma declarou-se homossexual, outra bissexual, 1 transexual e a outra diz ter seu gênero indefinido. Acerca da religião, 8 participantes apontaram não terem religião. Na sequência, o segundo maior grupo com 5 participantes foi de católicos. 2 relatam ser umbandista, 2 evangélicos e apenas 1 não tem religião específica. Com relação à formação escolar, 10 possuem ensino médio completo, 2 possuem ensino superior completo, 2 ensino médio incompleto, 2 ensino fundamental incompleto, 1 ensino médio completo com ensino técnico na formação e apenas 1 tem ensino fundamental completo. No que tange a raça/cor, 7 se declararam brancos, 6 indígena/pardo, 5 negros/pretos.

E sobre a situação laboral, 17 não exerce nenhuma função remunerada, sendo apenas 1 pessoa do sexo masculino que trabalha de forma informal em uma lavagem de carros e as vezes trabalha como segurança, e assim recebe um salário mínimo e ajuda nos custos como em passagens de ônibus. Ainda 8 participantes recebem o bolsa família no valor de 600 reais. 7 dos entrevistados não têm nenhuma renda mensal. Do mesmo modo, que 3 participantes da pesquisa recebem aposentadoria ou seja exerciam função remunerada antes de estar em situação de rua e são todos do sexo masculino, desses aposentados 2 recebem um salário mínimo e 1 deles recebe 5 salários mínimos.

Alguns dados importantes sobre a política também foram questionados, como exemplo, se vota ou não, se participa ou já participou do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Desde modo, 12 pessoas afirmaram que não votam ou afirmaram fazer muito tempo que não votam mais, os outros 6 participantes votaram ou justificaram seus votos recentemente. Diante da participação em movimentos sociais ligados ao MNPR, 15 pessoas, não participaram ou não participam do MNPR. Apenas 3 pessoas participaram ou ainda participam do movimento. Sobre o posicionamento político dos participantes, 6 pessoas se declararam “neutras”, 5 pessoas “sem interesse/não tem”, 3 pessoas de “esquerda”, 2 pessoas “sou Lula”, 1 pessoa e direita e 1 pessoa de “centro”.

Quando questionados sobre o que é política, quais experiências têm relacionadas, situações vivenciadas durante a vida e qual posicionamento político as respostas obtidas foram agrupadas em 3 categorias: Representações sociais sobre política, vivências políticas e posicionamento político. Destaque importante para o posicionamento político, que terá uma dupla análise, primeiro como variável e posteriormente como categoria de análise. O material proveniente das entrevistas foi transcrito em um banco de dados textual que foi analisado através de análise de conteúdo (Bardin, 2011).

A organização da categorização das entrevistas foi feita considerando os trechos de entrevistas como unidades de análise. Como por exemplo: os níveis dimensionais das representações sociais, a partir das categorias “representações sociais sobre política”, das “vivências políticas” e do “posicionamentos políticos” dos participantes. Com relação a abordagem dimensional das RS. Observamos que a dimensão informacional classificada como aquela que apresenta quantidade e qualidade de informações de uma determinada representação social se apresenta nas primeiras perguntas sobre política “o que é política para você, como a política aparece no seu dia a dia?”, destaque para a unidade de registro “direito à população” (n=6) com maior número. Em segundo plano aparece a representação social da política com a personificação dos políticos como “Roubo/ladrão” (n= 5), e também na “figura do político” (n=3). As duas maiores classificações de representações encontradas podem ser observadas nas seguintes falas:

“Ó política para mim, deveria ser o direito do cidadão ser ouvido, então? Em primeiro lugar, sabe, tipo política para mim seria a opinião do povo questionamento do povo as lutas e soluções para essas questões” (P1, gênero indefinido, 57 anos, esquerda, subcategoria “direito à população”).

“Falou em política? Para mim, está falando política é roubo, para mim é tudo ladrão, desculpa, mas é meu ponto de vista (...)” (P2, homossexual, 40 anos, neutro, subcategoria “roubo/ladrão”).

A principal personificação da política e político foi associada à figura do ladrão, pois os participantes percebiam a política através da lente do roubo, rotulando os políticos como ladrões. Para um grupo de entrevistados (n=5), a representação social estava diretamente relacionada às práticas de corrupção, expressas pelos termos “ladrão” ou “roubo”, como exemplificado na fala do participante 2 acima. Além disso, figuras proeminentes na política, como Bolsonaro e Lula (n=3), são utilizadas como personificações da polarização política do país em direita e esquerda. Elas servem como fontes de inspiração, seja por suas ações e experiências, ou pela identificação sócio-histórica que evocam. Os demais dados das subcategorias identificadas na dimensão informacional diante do objeto política, referem-se a “controle/organização” (n=2), “não serve pra nada” (n=2). Desse modo, a dimensão informacional destaca o conhecimento compartilhado dos participantes diante das informações do fenômeno da política e assim podem ser encontrados ainda nos trechos a seguir:

“(...) Não vou ser hipócrita e mentir sou petista, entendeu? Desde pequena eu sou, a minha família toda é petista, agora estou feliz porque o Lula ganhou as eleições, não sei se vai ser o melhor, entendeu que eu já nem sei mais que o Brasil desse jeito que está eu já nem sei o que é melhor, o que é pior” (P13, feminino, 49 anos, Sou Lula/petista, subcategoria “figura do político”). *“A facada do Bolsonaro, cara para mim, aquilo (...) Sim eu estou vendo esse cara o cara dá facada na multidão, eu estava lá (...) essa do Bolsonaro marcou”* (P11, masculino, 62 anos, direita, subcategoria “figura do político”).

“Política para mim não serve para nada, falando no sentido de pessoas moradoras de rua que tem que não tem de viver. Eu não condeno todas, eu não julgo todas se querem usar drogas, querem liberdade para beber, liberdade usar drogas, tem pessoas que foram parar nas ruas por outros motivos (...)” (P6, feminino, 46 anos, neutro, subcategoria “não serve pra nada”).

Na categoria “vivências políticas” foi observado a dimensão atitudinal, pois nesta categoria aparece uma tomada de posição frente a política para este grupo. É importante destacar que alguns participantes tiveram “experiências tanto individuais” (n=12) como em “coletivos” (n=10) sobre política, as outras 2 subcategorias aparecem três e duas vezes, não “têm experiências relacionadas à política” (n=3) e outro grupo considera a política como um “absurdo/vergonha enquanto experiências” (n=2). Ainda é importante ressaltar que essas posições ou atitudes em relação ao objeto da política são independentes de serem favoráveis ou não ao posicionamento apresentado ou adotado. Observado nos discursos como:

“eu sou de minas né, aí a política deles lá é bem forte, as pessoas promete muito, mas o que me marcou muito foi que meu tio foi vereador várias vezes, e ajudei muito na campanha, aí assim, quando me lembro de política me lembro da candidatura dele (...)” (P10, masculino, 38 anos, neutro, subcategoria “experiência individual”).

“Teve uma manifestação dos estudantes lá em lá em Brasília, no centro de Brasília, foram estudantes de vários estados do Brasil. É no caso de nós nos unimos para exigir 10% do PIB para a educação estava no mandato da Dilma e no caso lá na escola eu fui eleita tanto pela turma do tanto pela turma no ensino médio que né que eu tava na época no ensino médio, eu fui eleita para estar sendo a porta-voz da turma quanto também à escola, depois me elegeu também pra eu pra eu estar representando eles no caso no trio elétrico lá” (P9, feminino, 28 anos, não tem, subcategoria “movimentos sociais”).

A última dimensão observada foi a de campo, que destaca como os conteúdos concretos e limitados das imagens e proposições de um objeto se manifestam, e na categoria “futuro da política” observamos essa dimensão. Na dimensão campo das RS, houve destaque para a subcategoria “acesso à política” (n=7), seguida da “não tem” (n=4) e sucessivamente a terceira subcategoria “começar por mim” (n=4). Nos outros registros aparecem uma única vez como a “ajuda voluntária” (n=1), “educação” (n=1), “decisão em coletivo” (n=1), “diminuir partidos” (n=1) e “Bolsonaro Presidente” (n=1). Podendo ser observado nas fala a seguir:

“Uma sugestão, posso te dar todo brasileiro ter direito a escolher uma universidade, que sejam fácil deles entrar, tenham mais vagas, mais bolsas que abram empresa, fábrica que consiga empregar até o pessoal que está em situação de rua, nem que seja pra catar, a caixa de papelão para montar caixa de papelão numa empresa, mas dá emprego, entendeu? A gente está precisando que o que esse povo se ocupe, que todo mundo tem uma história, todo mundo tem alguma capacidade, mas às vezes não, não é só a gente” (P13, feminino, 49 anos, sou lula/petista, subcategoria “acesso a direitos”).

“É só vendo para crer que eu sou daqueles, só acredito vendo eu espero que endireite, né? Mas o país está aí, no barco mesmo tá patinando e vai continuar patinando, dinheiro eu não quero e quem sofre é os coitados (...) Quem? eu vou sugerir? Ele vai ouvir minha voz, jamais” (P16, masculino, 64 anos, neutro, subcategoria “não tem”).

Outro objetivo da pesquisa foi investigar o posicionamento político das pessoas em situação de rua. As seis subcategorias que identificam e apresentam a quantidade de cada posicionamento, ficou identificada da seguinte forma, “neutro” (n=6), fala representativa: *“eu sou neutro, no sentido eu não sou assim de esquerda ou de direita, tem coisa que a direita faz que eu aprovo e tem coisas que ela faz que eu não aprovo e a esquerda a mesma coisa, entendeu, então eu fico com o que é bom”* (P10, masculino, 38, neutro); “sem interesse” (n=5); “Não, não, hoje não” (P15, masculino, 60 anos, não tem); “esquerda” (n=3) *“(...) eu sou esquerda. Não quer dizer que eu sou comunista que eu sou socialista, que eu sou muçulmano, que eu sou católico, que eu sou, não é? Eu não vou esperar, a esquerda para mim, ela é aquilo que luta contra é a prepotência do que está no poder (...)”* (P5, masculino, 63 anos, esquerda); “sou Lula” (n=2) *“Esquerda não, eu sou Lula, sou Lula”* (P12, masculino, 49 anos, sou lula/petista); “direta” (n=1) *“De direita, direita de 8 anos de exército na companhia do céu”* (P11, masculino, 62 anos, direita) e “centro” (n=1) *“centro”* (P18, masculino, 49 anos). Como destacado, essa categoria tem dupla análise, pois é possível identificar a personificação do político em duas entrevistas, e também servirá como variável de análise para objetivo de comparação das RS sobre política para os grupos com diferentes posicionamentos políticos.

E por último foi realizada a comparação da representação social sobre política para as pessoas em situação de rua a partir de seu posicionamento político. Assim identificamos duas grandes categorias: “visão positiva da política” (n=6) sendo três participantes de esquerda e três sem interesse/não tem posicionamento identificadas em discursos como: *“A política é o meio, é digamos, um meio social, para desenvolver, é recursos que sejam meio para a população mais vulnerável e também para todos os que tem comércio, estabelecimento aglomeração comunidade, e dá assistência ao povo mais necessitado.”* (P5, masculino, 63 anos). E outro grande grupo com “visão negativa da política” (n=12) e estando ligados aos demais posicionamentos 6 neutro, 2 Sou Lula/petista, 2 sem interesse/não tem 1 de direita e 1 de centro, identificados em discursos deste modo: *“Para mim, falou em política está falando em roubo. Não é para ser sincero, não (...) falou em política? Para mim, está falando política é roubo, para mim é tudo ladrão, um desculpa, mas é meu ponto de vista.”* (P2, homossexual, 40 anos).

4 DISCUSSÃO

Este estudo visou explorar as representações sociais sobre política construídas por indivíduos em situação de rua. Para isso, foram identificadas representações em relação às suas dimensões: informacional, atitudinal e de campo. Além disso, procurou-se analisar a posição política dos participantes e compará-la com suas representações sociais. É importante destacar que, neste estudo, os grupos de pessoas em situação de rua são considerados uma categoria social, uma vez que não possuem uma organização interna definida, funções específicas e um grupo claramente estruturado (Carvalho, 2002). No entanto, têm uma dimensão concreta através do reconhecimento social; por meio desse reconhecimento por parte de outros grupos, adquiriram uma identidade: a de serem reconhecidos como população em situação de rua.

A identidade das pessoas em situação de rua no Brasil tem sido descrita em vários relatórios e estudos. Esses documentos reiteram a questão social dessas pessoas em todo o país, em diferentes intensidades. O problema foi amplamente discutido em diversos trabalhos, evidenciando como homens e mulheres nessa condição enfrentam constantes violações de direitos básicos, sendo muitas vezes vítimas de negligência estatal e social, configurando um cenário de graves injustiças (Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro & Fiorott, 2020; Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro & Fiorott, 2020; Silva, Bousfield, Giacomozzi, Leandro & Cavaler, 2022).

Diante das representações sociais pode se dizer que são sistemas que ajudam a entender como grupos sociais constroem coletivamente o conhecimento sobre temas específicos por meio da troca de informações (Moscovici, 2012). Este estudo analisa a formação das representações sociais sobre política a partir das entrevistas, considerando a perspectiva das representações tanto como produto quanto como processo (Almeida, Santos & Trindade, 2011). A teoria das representações sociais é usada para orientar a compreensão de como o conhecimento político é construído e como essas representações se desenvolvem. De acordo com Moscovici (1978), as Representações Sociais têm três dimensões: atitude, informação e campo de representação ou imagem, que podem ser usadas para analisar como os participantes formam suas representações sobre política. Observa-se que essas representações são moldadas por produtos já estabelecidos, ou seja, por Representações Sociais políticas previamente construídas pelas categorias sociais dos participantes, como cidade, condição e relações interpessoais.

A primeira dimensão analisada é a dimensão informacional, que se refere à qualidade e quantidade do conhecimento dos participantes sobre o objeto social “política” (Nova & Machado, 2022). Os participantes baseiam suas primeiras informações sobre política em conhecimentos e experiências pessoais e coletivas acumuladas ao longo da vida. Isso molda suas representações sociais do fenômeno, que se manifestam em subcategorias como “direitos da população”, “roubo de políticos”, “figura do político”, “controle/organização”, “palhaçada” e “não existe”. Na dimensão informacional das representações sociais sobre política, observa-

se que, além de um debate de ideias, as experiências sociais, como as das pessoas em situação de rua, desempenham um papel crucial. As ideias políticas se configuram não apenas por argumentação, mas também pela experiência individual e social do sujeito, que não pode ser reduzida a um conceito simples (Negreiros, 2019). Assim, o entendimento das pessoas em situação de rua sobre política está profundamente ligado à organização social que estão formando e reflete o processo de focalização do grupo diante dessa temática (Nova & Machado, 2022).

Conforme Santos (2005), a atitude é uma pré-conceituação resultante das relações e da experiência do sujeito, refletindo a história pessoal e do grupo representado. Moscovici (1978) sugere que a construção de representações sobre um tema só ocorre após a adoção de uma posição, sendo influenciada por essa posição inicial. Assim, na dimensão atitudinal, a visão das pessoas em situação de rua sobre política reforça suas representações pré-existentes, moldadas por suas experiências passadas. A dimensão do campo de representação, ou imagem, organiza as dimensões de atitude e informação. Segundo Moscovici (1978), essas imagens provocam sensações mentais relacionadas a objetos e pessoas, funcionando como um sistema de referência. Elas permitem ao indivíduo interpretar e dar significado à sua vida, influenciando a percepção e o valor dos outros elementos nas diversas dimensões.

Na dimensão do campo de representação, observou-se que as imagens e proposições sobre política são concretas e limitadas. Isso se reflete na categoria “futuro da política”, onde o fenômeno é visto como relevante para o grupo, mas de maneira restrita. A possibilidade de influenciar a política é visível nas subcategorias “começar por mim”, “decisão em coletivo”, “acesso a direitos”, “educação” e “ajuda voluntária”. Essa visão está alinhada com a ideia amplamente difundida no Brasil que sugere que a pobreza e a opressão resultam da culpa e preguiça dos próprios indivíduos (Jessé, 2022). Isso se aplica também a ideias como “diminuir partidos” e à personificação de políticos, como visto na subcategoria “Bolsonaro Presidente”. Essas situações refletem como as imagens da política são moldadas por experiências e percepções individuais, limitando-se ao que já foi oferecido. Assim, as pessoas possuem informações e conhecimentos diversos sobre a política e adotam atitudes variadas em relação a ela. Essa diversidade nos conteúdos e atitudes influencia diretamente a construção da imagem política nas representações sociais (Jesuino, 2014).

Todas as dimensões das representações sociais influenciam-se mutuamente. Por exemplo, a dimensão do campo pode estar relacionada à transgressão, pois as imagens políticas (dimensão informacional) e as experiências vividas (dimensão atitudinal) moldam a percepção concreta da política (dimensão campo). Como destaca Howarth (2011), a teoria das representações sociais oferece ferramentas para entender a interação entre processos psicológicos e práticas sociais. A análise das representações políticas revelou como a personificação legítima diferentes sistemas de conhecimento.

Na pesquisa, a personificação mostrou dois extremos: uma visão negativa, como a do “ladrão”, e uma positiva, associada a figuras políticas como Lula e Bolsonaro, vistas como esperanças para melhorias. A personificação, conforme Moscovici e Hewstone (1983), conecta o abstrato a indivíduos ou grupos, tornando ideias complexas mais acessíveis (Vala & Castro, 2013). As personalidades mencionadas refletem resistência ou esperança, funcionando como estratégias de identificação e inspiração.

Para entender o posicionamento político, é essencial considerar como os partidos comunicam suas ideias e como são interpretadas pelos cidadãos (Queiroz, 2018). Na pesquisa, o posicionamento político foi categorizado entre direita, esquerda, centro ou sem interesse/partido. Investigar o posicionamento político das pessoas em situação de rua visa dar visibilidade a um grupo frequentemente invisibilizado. Enquanto dados sobre a população brasileira podem ser obtidos pelo IBGE, informações sobre a população de rua são escassas devido à falta de residência fixa, dificultando a coleta de dados e políticas públicas (Lordelo, 2020). Apesar da visibilidade para autoridades, a população de rua continua marginalizada e invisível na pesquisa social (Rezende, 2017).

A exclusão social não se resume apenas à privação material, mas também à desqualificação do indivíduo como cidadão e ser humano, e à ausência de um lugar social. Compreender as condições de vida e as demandas das pessoas em situação de rua é crucial para atender efetivamente às suas necessidades. Conhecer seus posicionamentos políticos é essencial para identificar uma interseccionalidade mais ampla, além dos dados fornecidos pelo IBGE (Lordelo, 2020).

Dessa forma, discutir política no contexto da população de rua remete ao Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), que surgiu após o massacre de pessoas em situação de rua na Praça da Sé, em São Paulo, em 2004. Esse evento gerou um movimento que reivindica direitos e dignidade, expandindo-se por vários estados do Brasil (Sicari & Zanella, 2019). Em uma pesquisa de Tiago Lemões (2019), um ex-morador de rua mencionou que o principal desafio é a falta de consciência política entre muitos na população de rua, que frequentemente busca apenas alimento e abrigo.

Os dados de Lemões (2019) corroboram a atual pesquisa, que também encontrou uma baixa participação da população de rua no MNPR, refletindo uma militância com pouca representação direta dos afetados. Esse comportamento, focado na busca por necessidades básicas como comida, remete à obra de Marx e Engels (2002), “A Ideologia Alemã”, que argumenta que para que os indivíduos possam fazer história, é fundamental garantir sua sobrevivência básica, incluindo alimentação, moradia e vestuário. Nesse contexto, a falta de condições básicas ameaça a prática política e a cidadania, tornando a participação política uma questão de legitimidade social.

Embora apenas 3 participantes da pesquisa estejam envolvidos com o MNPR, eles demonstram um engajamento significativo com o princípio do movimento “nada sobre nós sem nós”, participando ativamente dos encontros e ações, e expressando opiniões politizadas. Em contraste, 15 participantes não conhecem ou não participam do movimento, alinhando-se com a pesquisa Brasil (2009), que aponta que 95,5% das pessoas em situação de rua não estão vinculadas a nenhum movimento social. Sicari e Zanella (2019) destacam que o MNPR é um movimento complexo, marcado por conflitos e contradições, em parte devido à sua origem na chacina de 2004, o que contribui para a estigmatização do movimento.

Comparar o posicionamento político com as representações sociais vai além de associar percepções coletivas aos posicionamentos, reivindicando justiça para pessoas em situação de rua, cuja dignidade é frequentemente ignorada. Esse grupo, por não ter endereço fixo e documentos de identidade, não é incluído no Censo do IBGE e enfrenta dificuldades para acessar serviços de saúde e programas sociais, além de ter direitos civis e políticos negados. A pobreza não deve ser vista como um crime, mas como um escândalo (Evangelista & Jones, 2013).

O comportamento político reflete a organização do poder na sociedade (Wachelke & Hammes, 2009). O posicionamento político afeta a tomada de decisões e está associado ao nível de escolaridade, que influencia o interesse e a participação política (Elkins, 2000). A pesquisa revela que participantes com ensino médio e superior demonstram interesse por assuntos políticos, apesar das dificuldades. Estudo anterior em João Pessoa (Camino, Torres & Costa, 2005) mostrou que as representações sociais de política estavam ligadas à participação em organizações da sociedade civil e à crença na eficácia do voto. No entanto, as representações sociais sobre política das pessoas em situação de rua não seguem uma normatividade clara, refletindo a diversidade de experiências. A politização desse grupo é multifatorial, sem um único fator determinante para suas representações sociais e posicionamento político (Guareshi, 2000).

A análise das representações sociais e ideologia mostra como as pessoas em situação de rua se relacionam com a política. Representações sociais são construções subjetivas e individuais (Jovchelovitch, 1996), enquanto a ideologia tende a ser mais fixa e resistente a mudanças (Guareschi, 2000). A ideologia pode

ser vista de forma positiva, como um conjunto de ideias e valores, ou negativa, como ideias distorcidas que afetam a compreensão da realidade. Os modelos de ideologia de Guareschi (2000) indicam que participantes com visão positiva da política tendem a se alinhar com ideologias positivas, enquanto aqueles com visão negativa associam-se à ideologia crítica. Assim, as representações sociais são construções simbólicas com existência ontológica própria (Carvalho & Guareschi, 2009). Investigar o fenômeno político é essencial para entender as escolhas cotidianas e a ideologia das coletividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender as representações sociais da política para pessoas em situação de rua. Os resultados revelam duas perspectivas centrais: de um lado, a política é vista como um direito da população e um meio de garantir cidadania; de outro, é percebida como um espaço corrompido, associado à desconfiança e à figura do “ladrão”. Essas representações expressam tanto a exclusão simbólica e material vivida por esse grupo quanto sua capacidade crítica de interpretar o mundo político a partir da própria experiência de marginalização.

Essas representações emergem atravessadas por vivências cotidianas de vulnerabilidade, desigualdade e ausência de reconhecimento social. A realização, entendida como processo e condição, configura-se como elemento estruturante dessas representações, ao mesmo tempo em que reflete as rupturas nos laços sociais, familiares e institucionais. Nessa perspectiva, o fenômeno político é apreendido de forma ambígua, como possibilidade de transformação e, simultaneamente, como instância de exclusão.

A análise evidencia que as representações da política não se constroem no vazio, mas no entrecruzamento de experiências concretas, relações de poder e discursos dominantes sobre pobreza e cidadania. A invisibilidade política das pessoas em situação de rua reforça a naturalização da desigualdade e a criminalização da pobreza, produzindo o que Souza (2022) denomina *ralé brasileira*, sujeitos cuja vida é constantemente desqualificada. As políticas públicas, por sua vez, tornam-se dispositivos seletivos que decidem quem deve viver e quem pode morrer, conforme alertam os estudos críticos sobre biopolítica e cidadania no Brasil.

Conclui-se que, quando as pessoas em situação de rua são convidadas a falar sobre política, elas revelam uma racionalidade própria e um desejo de participação que raramente encontram espaço de escuta. Nessa voz coletiva há pensamento, há afeto e há resistência, ainda que lhes falte o direito pleno à cidadania. O estudo reforça, portanto, a necessidade de políticas públicas construídas com e não para esses sujeitos, reconhecendo-os como protagonistas de sua história e da construção de uma democracia efetivamente inclusiva.

REFERÊNCIAS

- Almeida, M. F. Santos, & Z. A. Trindade. (Org). (2011). *Teoria das representações sociais*: 50 anos. Technopolitk.
- Andrade, L. P., Costa, S. L. da ., & Marquetti, F. C.. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde E Sociedade*, 23(4), 1248–1261. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902014000400011>.
- Ansara, S.. (2008). Memória política: construindo um novo referencial teórico na psicologia política. *Revista Psicologia Política*, 8(15), 31-56. Recuperado em 05 de abril de 2024, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2008000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Barbosa, M. F.. (1998). A noção de ser no mundo em Heidegger e sua aplicação na psicopatologia. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 18(3), 2–13. <https://doi.org/10.1590/S1414-98931998000300002>
- Bardin, L., (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70
- Brasil. (2009). *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop Brasília*, SUAS e População em Situação de Rua, Gráfica e Editora Brasil LTDA.
- Brasil. (2009). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: Aprendendo a contar: *Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: o autor.
- Brasil (2009). Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua. *Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. Brasília: DF. Retirado de: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf.
- Becker, H. S., (1993). *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Ed. HUCTEC.
- Bicalho, P. P. G. (2005). Subjetividade e Abordagem Policial: por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos. *Tese de Doutorado* não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Camargo, B. V., Schlösser, A., & Giacomozzi, A. I. (2018). Aspectos epistemológicos do Paradigma das Representações Sociais. In M. da P. De L. Coutinho, L. F. de Araújo, & L. Araújo (Orgs), *Representações sociais e práticas psicossociais* (pp. 47-60). Curitiba: Ed. CRV.
- Camino, L.; Torres, A. R. R. & Costa, J. B. da (2005). Identificação partidária, identidade social, voto e cidadania. Em A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & J. B. da Costa (Orgs.), *A psicologia política na perspectiva psicossociológica: o estudo das atividades políticas*, 1 (pp. 255-272). Goiânia: UCG.
- Carmo, C. M., (2016). Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (pp. 201-223), n. 64,0 Brasil.
- Carvalho, M. L., & Guareschi, P.. (2009). Economia de comunhão: responsabilidade social, ideologia e representações sociais. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 29(1), 88–101. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100008>.
- Carvalho, J. E. C. (2002). Imaginário e Representações sociais. *Revista de Ciências Humanas (Especial Temática)*, 6, 9-24.
- Chauí, M., (2019). O que é democracia?. In Lopedote, M. L. G. (Editor), Mayorca, D. S. (Editor), Negreiros, D. (Editor), Gomes, M. A. (Editor), Tancredi, T. (Editor), Breda, T. (Editor), Matsumoto, D. (Estilista), *Corpos que Sofrem: Como Lidar com os Efeitos Psicossociais da Violência?*, 1º edição; 392 pg; Editora Elefante, 2019.
- Coelho Junior, F. A., Faiad, C., Souza, T. M. B., Castro, C. P., Alves, M. L. H. & Alves D. P. (2018). Evidências de validade da escala brasileira de atitudes sociais de estudantes perante a política. *Acta.colomb.psicol.* 2 (2), 156-166.
- Elkins, Z.. (2000). Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil. *Opinião Pública*, 6(1), 109–136. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762000000100005>.

- Evangelista, G. F. & Jones, S. (2013). *Mean streets: A report on the criminalisation of homelessness in europe*. ([s.d.]). Recuperado 8 de abril de 2024, de <https://www.feantsa.org/en/report/2013/12/13/mean-streets>.
- Esmeraldo Filho, C. E., & Ximenes, V. M. (2021). Pobreza e pessoas em situação de rua: Uma revisão sistemática. *Psicologia em Pesquisa*, 15(3), 1–27. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.30064>.
- Esmeraldo Filho, C. E., Ximenes, V. M., Câmara, A. E., Xavier, N. F., Dantas, C. M. B., & Araújo, T. D. de. (2021). Pessoas em situação de rua: Uma revisão sistemática da produção científica no Brasil. *Gerais : Revista Interinstitucional de Psicologia*, 14(SPE), 1–22. <https://doi.org/10.36298/gerais202114e16979>.
- Fuks, B. (2014). Segregação constitutiva do outro em tempos de totalitarismo. *Polêmica*, 13(2), 1140-1153. doi:<https://doi.org/10.12957/polemica.2014.10612>.
- Giacomozzi A.I, Bousfield, Andréa B. S., Fiorott, J. G., Leandro, M., Silveira, A., Silva, B. L., (2020). Social representations of traffic violence and related psychosocial aspects. *Saúde e Pesquisa*, 3:193–204.
- Giacomozzi, A. I., Silveira, A., Tavares, A. C. A., & Justo, A. M. (2022). Political polarization and intergroup relations: a study on social representations in Brazil. *Quaderns de Psicologia*, 24(3), 1-26.
- Giacomozzi, A. I., Fiorott, J. G., Bertoldo, R. B., & Contarello, A. (2023). Social representations of political polarization through traditional media: A study of the brazilian case between 2015 and 2019. *Human Affairs*, 33(1), 67-81.
- Giacomozzi A.I, Castro A., Bousfield A.B.S, Nunes P.P, Xavier M., (2021). Social representations of violence among public school students. In: Oswald SES, de Sousa CP, editors. *Social representations for the anthropocene: latin American perspectives*. Gewerbestrasse, Switzerland: Springer International Publishing; p. 325–37.
- Giacomozzi, A.I., Vitali, M.M., Presotto, G.C., Vidal, G.P, Gomes, M.A., (2024). Constructing emotional meanings about Jair Bolsonaro in Brazil during the Covid-19 pandemic on twitter. *Discov glob soc* 2, 37. <https://doi.org/10.1007/s44282-024-00066-4>.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Guareschi, P. (1996). Representações sociais: alguns comentários oportunos. In C. M. Nascimento-Schulze (Org.), *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social* (pp. 9-35). Florianópolis: UFSC. (Coletâneas da ANPEPP, 10).
- Guareschi, P. A. (2000). “Representações sociais e ideologia (Social Representations and Ideology)”. *Revista de Ciências Humanas*, p. 33–46. periodicos.ufsc.br, <https://doi.org/10.5007/%x>.
- Howarth, C. (2011). A social representation is not a quiet thing: Exploring the critical potential of social representations theory. *British Journal of Social Psychology*. <https://doi.org/10.1348/014466605X43777>.
- Howarth, C., Andreouli, E., & Kessi, S. (2014). *Social Representations and the Politics of Participation*. Em *The Palgrave Handbook Of Global Political Psychology*, (pp. 19-38). Palgrave Macmillan.
- IBGE | Censo 2010. ([s.d.]). Recuperado 5 de abril de 2024, de <https://censo2010.ibge.gov.br/>.
- Jesuino, J.C. Um conceito reencontrado. In: Almeida, A.M.O.; Santos, M.F.S.; Trindade, Z.A. (org.). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. 2 ed. Brasília: Technopoli-tik, 2014. p. 211-237.
- Jodelet, D., Ohana, J., Bessis-Moñino, C., & Dannenmüller, E. (1982). *Système de représentation du corps et groupes sociaux* (relatório vol. 1) Laboratoire de Psychologie Sociale : E. H. S. S.
- Jodelet, D. (1984). *Représentation Sociale: Phénomènes, Concept et Théorie*. In S. Moscovici (Ed.), *Psychologie Sociale*. Paris, PUF.
- Jodelet, D. (2017). Lugar da experiência vivida nos processos de formação das representações sociais. In *Representações sociais e mundos de vida* (pp. 473-487). PUCPress - Editora Universitária Champagnat.
- Jovchelovitch, S. Espaços de Mediação: Vida Pública e gênese das Representações Sociais. In: *Psico*, v. 27, n.1, p.193-205. Porto Alegre, 1996.

- Kunz, G. S. (2012). Modos de vida da população em situação de rua: Narrativas de andanças nas ruas de Vitória/ES. (*Dissertação de mestrado*). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Brasil.
- Lemões, T. (2019). A máquina de guerra contra o Estado tóxico: captura e conjuração estatal na luta pelos direitos da população de rua. *Anuário Antropológico*, 44(1). <https://doi.org/10.4000/aa.3760>.
- Lima, N. P. de M. (2018). Movimento nacional da população em situação de rua do RN: Formação política [masterThesis, BR]. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25092>.
- Lordelo, J. V.; Schiarolli, C.; Martins, Y. L. (2020). População em situação de rua: Políticas públicas e os desafios profissionais para o Assistente Social, *Revista Pindorama: O Serviço Social em Destaque | PET/SSO | UFSC | Florianópolis | Vol. 1 | N.1 ISSN 2763-5007*.
- Mansur, J. A., & Sobral, F. J. B. de A.. (2011). Política na terra do “jeitinho”: consequências dos comportamentos políticos em organizações no Brasil. *RAM. Revista De Administração Mackenzie*, 12(6), 165–191. <https://doi.org/10.1590/S1678-69712011000600008>.
- Martín-Baró, I. (2017). *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Marx, K. & Engels, F. (2002). A ideologia Alemã. Trad. Castro e Costa, L.C. São Paulo, Martins Fontes.
- Moscovici, S. (1978). *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: (2ª ed). Zahar.
- Moscovici, S. (1988). *European Journal of Social Psychology*, Vol. 18, 211-250.
- Moscovici, S. (2012). *A representação social da psicanálise*. Porto Alegre: Ed. Vozes.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1983) *Social representations and social explanations: from the “naïve” to the “amateur” scientist*. In: Hewstone, M. (Ed.). *Attribution theory*. Oxford: Basil Blackwell, p. 98-125.
- Negreiros, D. (Editor), Gomes, M. A. (Editor), Tancredi, T. (Editor), Breda, T. (Editor), Matsumoto, D. (Estilista). (2019) *Corpos que Sofrem: Como Lidar com os Efeitos Psicossociais da Violência?*, 1ª edição; 392 pg; Editora Elefante, 2019.
- Nonato, D. N., & Raiol, R. W. G. (2016). Invisíveis sociais: A negação do direito à cidade à população em situação de rua. *Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade*, 2(2), 81-101.
- Nova, T. D. B. B., & Machado, L. B. (2022). Escola do Campo: Uma análise dimensional das representações sociais de professores. *REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDEUCA*, 14(35), 699–713. <https://doi.org/10.58422/repesq.2022.e1284>.
- Observatório Brasileiro de Políticas Públicas. ([s.d.]). Recuperado 5 de abril de 2024, de <https://obpoprua.direito.ufmg.br/>.
- Oliveira, M. R., Schlosser, A, & Silva, J. P. (2020). Revisão integrativa: atuação da psicologia na rede de atenção psicossocial. *Revista Psicologia e Saúde*, 12(3), 19-32. <https://dx.doi.org/10.20435/pssa.vi.1035>.
- Queiroz, M.M. (2018). A Representação social dos partidos políticos no Brasil e Portugal: a opinião dos internautas sobre os partidos de seus países. *Panorama*, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 20-27, ISSN 2237-1087 . DOI 10.18224/pan.v6i2.7018.
- Reis, T. C. M., & Azevêdo, A. V. S. (2019). Vivências de homens em situação de rua no sul do Brasil. *Contextos Clínicos*, 12(3), 976-999. <https://dx.doi.org/10.4013/ctc.2019.123.13>.
- Rennó, L.R., (2001). Confiança interpessoal e comportamento político: micro fundamentos da teoria do capital social na América Latina, *Opin. Publica*, vol.7 no.1 Campinas.
- Resende, V. de M., & Ramalho, I. da S. (2017). Representação midiática da violação de direitos e da violência contra pessoas em situação de rua no Correio Web. *Calidoscópio*, 15(3), 529–541. Recuperado de <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.153.11>
- Vala, J., & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. In: J. Vala & M. B. Monteiro. *Psicologia social* (9ª ed. rev.e atua.) (pp. 569-602). Fundação Calouste Gulbenkian.

- Vitali M.M, Presotto G.C, Gizzi F, Gomes M.A, Giacomozzi A.I., (2021). #blacklivesmatter: a study of social representations from twitter. *Commun Psychol Global Perspect.*;8:1–19.
- Vitali M.M., Giacomozzi A.I., Bousfield, A.B.S., Vidal G.P., (2022). Attacked me in several ways, just didn't hit me: social representations of violence among people in psychological distress. *Commun Psychol Global Perspect.*;8:37–58.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F. & Lucio, M. D. P. B., (2006). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. F. & Lucio, M. D. P. B., (2013). *Metodologia de Pesquisa*. São Paulo: McGraw Hill.
- Santos, M.F.S. (2005). A Teoria das Representações Sociais. In: SANTOS, M. F. S.; ALMEIDA, L. M. (Orgs.). *Diálogos com a Teoria das Representações Sociais*. Recife: Ed. Universitária da UFPE/ Ed. Universitária da UFAL, p. 13-38.
- Schuck, A. L., Gesser, M., & Beiras, A. (2020). Diálogos entre gênero e as experiências com a população de rua. *Revista Psicologia Política*, 20(48), 279–294. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2020000200003&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.
- Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 662–679. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017>.
- Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2020). Movimento nacional de população de rua: A complexa luta por direitos. *Psicologia em Revista*, 26(3), 1058–1079. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n3p1058-1079>.
- Silva, M. L. B., Bousfield, A. B. S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Fiorott, J. G. (2020). Representações sociais de pessoas em situação de rua: uma revisão integrativa. *Psicologia Revista*, 29(2), 448–470. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i2p448-470>.
- Silva, M. L. B., Bousfield, A. B. S., Giacomozzi, A. I., Leandro, M., & Fiorott, J. G. (2020). Atribuições de causalidade à violência para pessoas em situação de rua, *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, v. 11, n. 2. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p39>.
- Silva, M. L. B., Bousfield, A.B., Giacomozzi, A. I. ; Leandro, M. ; Cavaler, C. M. (2022). violência para mulheres em situação de rua. *PSICO (PUCRS. ONLINE)*, v. 53, p. 1-14.
- Silva, T.D.; Natalino, M.A.C & Pinheiro M.B. (2020). População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)* | n. 74 | <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078>.
- Souza, J. (2022). *A Ralé Brasileira: quem é como vive*. 1º ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira.
- Wachelke, J. F. R., & Hammes, I. C.. (2009). Representações sociais sobre política segundo posicionamento político na campanha eleitoral de 2006. *Psicologia Em Estudo*, 14(3), 519–528.
- Wolter, Rafael Pecly, Wachelke, João, & Naiff, Denis. (2016). A abordagem estrutural das representações sociais e o modelo dos esquemas cognitivos de base: perspectivas teóricas e utilização empírica. *Temas em Psicologia*, 24(3), 1139-1152. <https://doi.org/10.9788/TP2016.3-18>.

